



-----ATA Nº 15/2017-----

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciar e votar os documentos de prestação de contas de 2016; -----

----- Ponto dois: Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a repavimentação de vários arruamentos, nomeadamente das ruas Padre José Gonçalves, 1º de maio, 25 de Abril e Fonte da Venda; -----

----- Ponto três: Aprovar o orçamento retificativo para o ano de 2017 e as modificações ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- Ponto quatro: Autorização para a celebração do acordo de execução de competências na freguesia de Selho S. Jorge em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – ano de 2017. -----

----- O Presidente da mesa deu início à sessão, comunicando as substituições de deputados nesta Assembleia. Assim, pela Coligação Juntos por Guimarães, a secretária Isabel Machado, foi substituída pela deputada Liliana Silva; o deputado Daniel Dias, pelo deputado Ezequiel Dias; e, ainda, pelo Partido Socialista, a deputada Cristina Machado, pela deputada Rosa Maria Almeida. --

----- Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria. -----

----- O Presidente da mesa, José Campos, iniciou o período antes da ordem de trabalhos, informando o envio do expediente solicitado pelo senhor deputado Alexandre Marques, o qual confirmou a entrega dos documentos requeridos. Este período registou uma intervenção. O deputado Alberto Pereira, da CDU, pediu justificação à mesa pela decisão da data desta Assembleia e questionou a Junta sobre a colocação de um novo servidor do *site* da Junta, uma vez que, na opinião da bancada da CDU, o *site* é uma desilusão, não havendo atualização permanente dos eventos. O Presidente da Assembleia informou que a reunião foi proposta pelo Presidente da Junta e, após questionar um advogado sobre a data, não havendo qualquer inconveniente, marcou a reunião para o último dia de março. No que concerne à segunda questão colocada pelo Deputado da CDU, o presidente da Junta, Angelino Salazar, tomou a palavra dizendo que as opiniões são relativas, pois, na opinião da Junta, o *site* está muito melhor, continuando os melhoramentos e acreditando que a população irá ficar satisfeita com o resultado. -----

----- Iniciou-se o período da ordem de trabalhos. O Presidente da Junta iniciou o seu discurso, ressaltando que, ao longo deste mandato, as contas nunca foram deficitárias, ao contrário dos comentários que haviam surgido. Neste sentido, apresentou uma sequência gráfica sobre o saldo

das contas, verificando-se que em 2016 foi o ano com melhor saldo orçamental de sempre. Para 2017, há a previsão de realização de cerca de 28000m² em pavimentação, valor quatro vezes superior ao alcançado até ao momento. O deputado eleito pela CDU, Manuel Pinto, lamentou a intervenção do Presidente da Junta, uma vez que este referiu valores do ano anterior e que se baseou numa leitura política e técnica dos gráficos apresentados. Pediu ainda um esclarecimento sobre a disparidade nos valores atribuídos aos subsídios, na área das despesas. O Presidente da Junta respondeu ao Deputado, informando que a menção ao ano anterior prende-se com as obras que foram iniciadas nesse ano e que serão concluídas no presente ano. Relativamente aos subsídios, a disparidade está no subsídio da associação de pais que só vigorou até junho de 2016. O deputado, Manuel Pinto, voltou a tomar a palavra não concordando que o valor fosse o da Associação de Pais, mas sim o da Cáritas e o dos Bombeiros, ao que o Presidente da Junta respondeu que o valor dos Bombeiros é referente à receita da prova de ciclismo “José Mendes”. Posto isto, o presidente da Assembleia, José Campos, pôs a votação o ponto um que foi aprovado por maioria, sendo seis votos a favor, os do PSD, e com as abstenções do PS e da CDU. -----

----- Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, o deputado Alexandre Marques tomou a palavra para informar os presentes da posição da CDU. É de salientar que acreditam que a Junta/Pevidém seja um centro/espço local para a delegação de competências, sendo estes pequenos passos para a descentralização de competências. O Presidente da Junta agradeceu a intervenção do senhor Deputado e informou a Assembleia que a Câmara confia na Junta, oferecendo um voto de confiança às juntas de Pevidém e de Fermentões, sendo que a nossa Junta foi presenteada com 14000m², de ruas a pavimentar. O Deputado tomou a palavra para confirmar a confiança da Câmara que, anteriormente, havia feito o mesmo. Quando votado, o ponto dois foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que concerne ao ponto três da ordem de trabalhos, o deputado Alexandre Marques, da CDU, fez saber que a bancada da CDU está de acordo com as verbas e com as ruas; no entanto, questionou se não seria necessário rever melhor a escolha, tendo em conta as ruas e o valor. Por sua vez, o deputado José Lemos, do PS, é de opinião favorável às ruas sugeridas para intervenção; no entanto, e como já referira anteriormente, a Urbanização da Lapa continua a não ser intervencionada, sendo necessário esse arranjo devido às fugas de água frequentes detetadas nesse local. O Deputado fez questão de frisar que não aborda esta temática apenas por ser residente nessa Urbanização, mas também porque os restantes moradores dessa zona conversam e pedem soluções para a situação. Em resposta, o Presidente da Junta salientou que ambos os Deputados falaram no abstrato em relação à escolha de outras ruas para pavimentar, uma vez que não sugeriram nenhuma rua em concreto. Dirigindo-se ao deputado Alexandre Marques, o Presidente informou que a seleção, para a requalificação da rua Fonte da Venda e da 25 de Abril,

foi realizada de acordo com um estudo elaborado pelos técnicos do Município e em conversas com os moradores das mesmas ruas, que consentiram na cedência de parte dos seus terrenos para serem efetuados passeios de utilidade pública. Saliou também, ao deputado José Lemos, que em fevereiro, a EDP e a Vimágua foram notificadas para saber se já se poderiam requalificar as zonas e que terão de ser previamente intervencionadas por estas duas instituições. Para concluir, após as respostas dadas pelo Presidente, o deputado Alexandre Marques quis recordar o Regimento, frisando que as propostas da Junta não poderão ser alteradas pela Assembleia, ao que o Presidente respondeu que todos devem colaborar no sentido de sugestão da priorização a bem da Freguesia. O ponto colocado a votação obteve aprovação por maioria, sendo seis votos a favor, do PSD, e com as abstenções do PS e da CDU. -----

----- Relativamente ao ponto quatro, e não se registando quaisquer pedidos de intervenção, procedeu-se, de imediato, à votação do ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida, a pedido da Junta de Freguesia no sentido de haver maior celeridade nas resoluções assinaladas nos pontos da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia colocou a ata em minuta a votação, tendo sido esta aprovada por unanimidade. -----

----- Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que não registou qualquer intervenção. -----

----- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Liliana Silva, que a secretariei, pelo Presidente da Assembleia, José Campos, e pelo segundo secretário, João Evangelista. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____